ANCEP NOTÍCIAS

Educação continuada: Contabilistas podem ajudar a aprimorar texto de minuta

30/10/19

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC disponibilizou em seu site minuta que altera a NBC PG 12 (R3), que se refere ao programa de educação profissional continuada. A ideia é que os contabilistas ofereçam sugestões no intuito do aprimoramento do texto e a ANCEP já se movimenta para ser o canal que vai levar essas propostas adiante.

Os contabilistas que desejarem oferecer sugestões poderão enviá-las para o e-mail ancep@ancep.org.br até 11 de novembro, dando tempo assim para que a ANCEP possa consolidar as propostas recebidas e remetê-las para o CFC dentro do prazo estipulado, que se encerra em 18/11.

De acordo com Alessander Brito, Diretor Regional Leste da ANCEP, a associação já encaminhou através do CRC-MG algumas sugestões, que foram pautadas na reunião do dia 8 de novembro da Comissão de Educação Profissional Continuada – CEPC, do Conselho Federal de Contabilidade.

A minuta do texto pode ser vista através do seguinte endereço:
https://cfc.org.br/tecnica/audiencia-publica/

CFC: Técnicos com bacharel em ciências contábeis se recusam a fazer exame de suficiência

Técnicos com Bacharel em Ciências Contábeis se recusam a fazer o exame de Suficiência, isso acorre desde o 1º e 2º exame de 2018, e 2019 não foi diferente no 1º e 2º exame de 2019, (exame 2019-1 em 07 de Julho, e exame 2019-2 ocorreu em 27 de Outubro de 2019). Ambos técnicos atuantes se recusaram a fazer a prova. O motivo é um protesto contra o CFC que não se manifesta a respeito da mudança de categoria de Técnico em Contabilidade para Contador.

A Prova do CFC não avalia a prática do profissional contábil e na visão de especialistas estão indo para o mesmo caminho do exame de ordem, existindo vários cursinhos explorando o candidato prometendo aprovação na tal prova. Na internet basta uma pesquisa para deparar com vários sites ofertando cursos preparatórios online, estão virando uma mercantilizarão e um meio de comércio

Na visão de especialistas a prova não mede o conhecimento dos Bacharéis em Ciências Contábeis, tendo em vista que no dia a dia a prática é diferente do que é cobrada no exame. (Jornal Contábil)

Orçamento: evento será levado agora à Belo Horizonte e Brasília

A Ancep prepara-se agora para realizar com o mesmo sucesso das anteriores novas apresentações que serão feitas

em Belo Horizonte (04/11) e Brasília (05/11) do seminário Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas Aplicadas aos Fundos de

Pensão .

As apresentações anteriores aconteceram no Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Salvador

(BA), e Porto Alegre (RS). O sucesso é atribuído à oportunidade do tema e à qualidade técnica do evento.

A qualidade técnica é uma constante do programa de treinamento da ANCEP e, no caso do seminário sobre orçamento, essa marca é garantida pela entrega do evento à Maria Elizabete da Silva - Controller da FACHESF; Diretora Técnica da ANCEP; Coordenadora da CTR Nordeste da ABRAPP; Especialista em Controladoria de EFPC; Pós Graduada em Finanças, Auditoria, Controladoria, Gestão de Orçamento e Custos; Instrutora da ANCEP, UNIABRAPP e FACHESF; Professora do Centro Universitário Estácio.

O objetivo do seminário é capacitar os treinandos para elaboração, execução, acompanhamento e controle do Orçamento Geral, conforme metodologias e métodos que predominam atualmente nos mais modernos e controles ambientes com a finalidade de atender às exigências legais aplicadas aos Fundos de Pensão.

Coletânea de Normas está disponível na página da Secretaria de Previdência

Já está disponível, na página da Secretaria de Previdência, a nova versão da Coletânea de Normas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). O documento contempla todo o arcabouço normativo de previdência complementar, como leis, decretos, resoluções, instruções e portarias, atualizado até setembro de 2019, informa o site Jusbrasil.

Entre as principais novidades da nova edição está a Instrução nº 13, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que estabelece procedimentos para a certificação e habilitação de dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar. Há também a Instrução nº 17 da Previc, que cria a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc, em substituição à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

Além das atualizações, a coletânea traz as Leis Complementares nº 108 e 109 anotadas. Trata-se das duas principais leis sobre a previdência complementar e a relação dos entes federativos com as suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

Fundos de pensão: Petrobras se prepara para pagar a conta da Sete Brasil

Está cada vez mais claro que a conta do fiasco que foi o projeto da companhia de sondas Sete Brasil será da Petrobras. A estatal é alvo de cobranças da maioria dos acionistas da holding criada para operar as plataformas e navios do pré-sal - bancos, fundos de pensão e fundos internacionais - em disputas arbitrais no Brasil e nos Estados Unidos. A Petrobras não tinha provisões para esses processos até o começo do ano. Mas, a partir de abril, noticia o Valor Econômico, começou a constituir reservas para dar conta desses processos. O valor lançado já como perdas chega a R$ 3,8 bilhões.

São acionistas da Sete Brasil, além da própria Petrobras com 5% do capital, os bancos BTG Pactual, Santander, Bradesco (Fundo Strong), as fundações Valia, Funcef, Previ e os fundos de participações EIG, Luce e Lakeshore. Todos cobram a Petrobras via arbitragem, exceto Bradesco e Santander.

Em 2015, quando a Operação Lava-Jato revelou o esquema de corrupção entre a Petrobras e as empreiteiras - sócias dos estaleiros que fariam as sondas - o projeto Sete Brasil entrou em colapso. Não se encontrou indícios, contudo, de que os sócios da Sete soubessem ou tivessem participado dessas negociações.